



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO IX

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E A EMPRESA _____.

Contrato nº ____/2.017, referente à Ata de Registro de Preços nº ____/2017.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, brasileiro, casado, RG nº 23.157.523-3, CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL, quando for o caso) _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ETANOL, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DESTA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I E II, do edital do Pregão Presencial nº ____/2017 e disciplina da Ata de Registro de Preços nº ____/2017.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - Dá-se ao presente Contrato referente à Ata de Registro de Preços nº ____/2017, o valor total estimado para 12 (doze) meses de R\$ _____ (_____) sendo o valor unitário por litro de R\$ _____ (_____).

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE.

2.4 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de planilha analítica dos custos, comprovando que a equação inicial manteve inalterada, ocorrendo apenas a mudança de preço, instruindo-a com todas as provas pertinentes, juntamente para que seu pedido seja aceito e apreciado (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. Arts. 15, parágrafo 3º, inciso II, e art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/1993).



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1 - A entrega dos itens licitados deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) pelo detentor da Ata de Registro de Preços, diretamente na **Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, sito à Rua Roberto Clarck, nº 672 – Centro, CEP: 16.200-083, Birigui-SP.**, no horário compreendido das 07 h às 10:30 h e das 13 h às 16:30 h e em dias úteis.

3.1.1 - A empresa vencedora responsabilizar-se-á pela entrega dos materiais, bem como seu transporte e descarregamento no local estipulado para a entrega, dentro do prazo estabelecido.

3.1.2 – O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.1.3 – As despesas com a entrega do objeto serão por conta da empresa vencedora do certame, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento do objeto.

3.1.4 - Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, em função de outra especificação, outras marcas, etc.

3.1.5 – A contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) autorização (ções) de fornecimento recebida(s).

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - Serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e II, e das marcas informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

4.1.1 - Constatadas irregularidades no objeto fornecido, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou qualidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores os Srs. Arnaldo Angelo Ferreira, RG nº 9.651.425-5, Valdelício Domingues, RG nº 12.668.111-9, e Luiz Ferrera Lima, RG nº 11.400.192, lotados na **Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto**, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A **CONTRATADA** fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à **CONTRATADA**, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

6.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega do objeto e aceite por parte do gestor da Secretaria requisitante, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.2 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

7.3 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da Detentora.

7.4 - No caso de **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

7.4.1 - No caso de **CONTRATADA** em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

7.5 - A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 7.4 e 7.4.1 assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

7.6 - Eventual atraso de pagamento deverá ser comprovado pela contratada ou detentora em requerimento por ela protocolado na mesma forma das cláusulas para impugnações e recursos do presente edital.

7.6.1 - Se procedente o caso da cláusula anterior, com fundamento no art. 40, XIV, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, será devida compensação financeira calculada segundo os índices do IPCA-IBGE. Precedente: REsp nº 33.206-4/SP; 1ª. T. do STJ; D. do julg. 16/11/1994.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta da dotação:

nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.095/3.3.90.30.00 – Ficha 920 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto – Recursos Próprios;
nº 02.03.00 – 04.122.0057.2.161/3.3.90.30.00 – Ficha 068 – Secretaria de Administração – Recursos Próprios;
nº 02.12.00 – 15.452.0037.2.101/3.3.90.30.00 – Ficha 888 – Secretaria de Obras – Recursos Próprios;
nº 02.16.00 – 18.122.0020.2.054/3.3.90.39.00 – Ficha 993 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado – Recursos Próprios;
nº 02.15.00 – 27.812.0019.2.052/3.3.90.30.00 – Ficha 981 – Secretaria de Esportes e Lazer – Recursos Próprios;
nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.072/3.3.90.30.00 – Ficha 1004 – Secretaria Municipal de Cultura – Recursos Próprios;
nº 02.09.01 – 08.122.0006.2.006/3.3.90.30.00 – Ficha 191 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Próprios;
nº 02.09.01 – 08.243.0009.2.038/3.3.90.30.00 – Ficha 206 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Próprios;
nº 02.09.02 – 08.241.0007.2.011/3.3.90.30.00 – Ficha 227 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Próprios;
nº 02.09.02 – 08.241.0008.2.021/3.3.90.30.00 – Ficha 232 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Federais;
nº 02.09.02 – 08.243.0008.2.023/3.3.90.30.00 – Ficha 258 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Federais;
nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.019/3.3.90.30.00 – Ficha 290 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Federais;
nº 02.09.02 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha 326 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Recursos Federais;
nº 02.07.00 – 06.181.0016.2.049/3.3.90.30.00 – Ficha 159 – Secretaria de Segurança Pública – Recursos Próprios;
nº 02.07.00 – 06.181.0017.2.050/3.3.90.30.00 – Ficha 164 – Secretaria de Segurança Pública – Recursos Próprios;
nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.154/3.3.90.30.00 – Ficha 110 – Secretaria de Finanças – Recursos Próprios;
nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.155/3.3.90.30.00 – Ficha 114 – Secretaria de Finanças – Recursos Próprios;
nº 02.10.01 – 10.305.0045.2.121/3.3.90.30.00 – Ficha 565 – Secretaria de Saúde – Recursos Federais;
nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.103/3.3.90.30.00 – Ficha 413 – Secretaria de Saúde – Recursos Federais;
nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.133/3.3.90.30.00 – Ficha 394 – Secretaria de Saúde – Recursos Próprios;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

nº 02.14.00 – 04.122.0022.2.057/3.3.90.30.00 – Ficha 946 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.244.0024.2.065/3.3.90.30.00 – Ficha 956 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.306.0024.2.064/3.3.90.30.00 – Ficha 959 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.601.0023.2.059/3.3.90.30.00 – Ficha 962 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.601.0023.2.061/3.3.90.30.00 – Ficha 964 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.601.0025.2.066/3.3.90.30.00 – Ficha 966 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.602.0023.2.060/3.3.90.30.00 – Ficha 968 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 20.605.0025.2.067/3.3.90.30.00 – Ficha 971 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.14.00 – 22.661.0027.2.068/3.3.90.30.00 – Ficha 974 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Recursos Próprios;
nº 02.11.01 – 12.306.0051.2.143/3.3.90.30.00 – Ficha 606 – Secretaria de Educação – Recursos Próprios;
nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.140/3.3.90.30.00 – Ficha 646 – Secretaria de Educação – Recursos Federais.

Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA

9.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

10.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

10.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

10.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

10.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

10.2 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

10.3 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 11ª – DIVERSOS

11.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 – A validade do objeto ofertado do Anexo I, salvo especificação diversa nele constante, deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da entrega do mesmo. Conforme a prevista no Código de Defesa do Consumidor, devendo ser da própria licitante, não admitindo-se a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame..

11.3 – A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

11.4 - A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula 12ª - DA VIGÊNCIA

12.1 – Este contrato vigorará entre sua publicação oficial resumida e a expiração do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços respectivos.

Cláusula 13ª - DA EXECUÇÃO E OBRIGAÇÃO DA DETENTORA E CONTRATANTE

13.1 - A licitante vencedora deverá proceder à prestação do objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações específicas contidas



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

nos **Anexos I e II**, mediante Autorização de Fornecimento por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Birigui.

13.2 - O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação resumida na Imprensa Oficial.

13.3 – O Cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no artigo 12 do Decreto Municipal nº 3.673, de 06 de janeiro de 2.004.

13.4 – A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização nas entregas de etanol, conforme **Anexos I e II (Termo de Referência)**, acordadas no Edital.

13.5 - O Gerenciamento dos atendimentos e das verificações ficará a cargo da Secretaria Requisitante, através dos responsáveis indicados pela mesma.

13.6 - Serão considerados como direitos da Administração, no compromisso de execução, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) o direito de exigir o(s) produto(s) dentro das condições estipuladas no Edital, seus anexos e na Ata de Registro de Preços;

b) o direito de rescindir os respectivos compromissos sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado.

13.7 - Serão considerados como direitos e deveres da Detentora da Ata de Registro de Preços, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) executar o objeto de acordo com as exigências editalícias;

b) o direito de receber no prazo devido o pagamento pelo objeto regularmente entregue, no valor constante da Autorização de Fornecimento, em conformidade com a Ata de Registro de Preços;

c) o direito de solicitar a rescisão nos casos em que houver atraso no pagamento da entrega já realizada, respeitado o disposto no artigo 78, XV, da Lei Federal nº 8.666/93;

d) o direito de solicitar a rescisão nos casos em que, **comprovadamente**, demonstrar a impossibilidade de cumprir com o pactuado por razões alheias à sua vontade;

e) o direito de requerer a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, conforme a “Cláusula XXI”.

13.8 - A Detentora da Ata de Registro de Preços não será ressarcida por quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na sua proposta, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

13.9 - Correrão exclusivamente por conta da Detentora da Ata de Registro de Preços, quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

13.10 – A detentora da Ata deverá, em cumprimento ao descritivo no Anexo Termo de Referência, iniciar o fornecimento do objeto, no recebimento da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, que será encaminhada pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

13.10.1 – As solicitações serão efetuadas, conforme a necessidade para atender os interesses da Administração.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

OBS: A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto e para a realização do mesmo, ficará assegurado o direito de exigir o cumprimento integral do Edital e todos os Anexos.

Cláusula 14ª - DO AMPARO LEGAL

14.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº xxx/2.017, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 15ª - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

15.3 - Prefeitura de Birigui, aos ____ de ____ de dois mil e dezessete

CRISTIANO SALMEIRÃO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA E DETENTORA DA ATA

ELDIR PAULO SCARPIM
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, ÁGUA E ESGOTO

= T E S T E M U N H A S =

1- _____
NOME:
RG:

e 2- _____
NOME:
RG: